

**(RE) VISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA NO
PERÍODO REPUBLICANO NO TRIÂNGULO MINEIRO UBERABINHA, MG (1911-
1929)**

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho* - PPG-UNICAMP/UNIPAM

Carlos Henrique de Carvalho** - UFU

Introdução

Neste artigo analisamos os principais aspectos que nortearam a constituição dos primórdios da então São Pedro de Uberabinha. Cidade esta que emergiu no alvorecer da Proclamação da República, conseqüentemente, trouxe consigo os elementos formadores do ideário republicano. Isso ficou evidente quando observamos a forma pela qual os setores políticos conduziram suas ações e discussões em prol da edificação de uma sociedade que estivesse calcada nos desígnios da ordem e do progresso, elementos fundamentais para se alcançar o desenvolvimento material e social.

Para alcançar este objetivo examinamos os jornais locais da época, **A Tribuna e O Progresso**, os quais desempenharam relevante papel, em decorrência de promoverem debates, mesmo que semanalmente, sobre os fundamentos precípuos que deveriam gerir o ato educativo e, num plano secundário, mas não menos importante, discorreram sobre a constituição filosófica da educação, pois caberia a ela a tarefa de se constituir na argamassa capaz de cristalizar e disseminar os princípios do ideário republicano que acabava de se consolidar, pelo menos em termos legais, com a Constituição Republicana de 1891.

Situação Educacional em Uberabinha

Se a cidade de Uberabinha possuía cerca de 11.856 habitantes, no final do século XIX, já 1920, somava uma população de aproximadamente 24.420 moradoresⁱ,

desde 14.073 eram analfabetos, o que resulta em torno de 10.347 habitantes alfabetizados. Verifica-se, que o número de alfabetizados na população de Uberabinha estava próximo do percentual de 42,37%. Esses dados foram publicados pelo jornal **A Tribuna**,

Uberabinha possuía em 1920 inclusive de Santa Maria 4390 em idade escolar de 07 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073, 1959 das quaes cabiam ao distrito de Santa Maria. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quais 14.195 do sexo masculino, 1060 estrangeiros. A nossa produção bovina sem a taxa de deficiência orçava por 54.984, cabendo a Santa Maria uma contribuição econômica de 14.812 cabeçasⁱⁱ.

Os números obtidos a partir do recenseamento de 1920, no Brasil e no Estado de Minas Geraisⁱⁱⁱ, apresentavam, respectivamente, 75,0% e 79,3% de analfabetos. Outra análise possível, diz respeito aos dados sobre o número de analfabetos da população de Uberabinha na faixa etária entre 07 a 14 anos, estando em torno de 3.505, de um total de 4.390 crianças, que alcançava o percentual de 79,84%. Comparada com os percentuais da população de crianças analfabetas entre 07 a 14 anos, do país e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, 80,2 % e 84,3%, possibilitou constatar um fato novo: Uberabinha possuía um percentual menor de analfabetos em relação aos números do Estado de Minas Gerais e do país.

Portanto, para sustentar situação educacional, a sociedade uberabinhense sob os princípios de progresso e desenvolvimento, proclamados pela elite local, empreenderam esforços para a cada nova geração oferecer maiores oportunidades de acesso e de permanência no processo de escolarização as futuras gerações. Assim, entre 1919 a 1922, no final do segundo período administrativo do Agente Executivo de

Uberabinha, Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, o número de estabelecimentos de instrução subiu de 6 para 8. O desenvolvimento dos estabelecimentos (são as escolas isoladas) municipais de Ensino Primário direcionavam-se, principalmente, para atender grupos em média de 50 crianças na área rural, e caracterizam-se por terem um funcionamento instável, em razão de diversos fatores, como falta de prédios próprios, baixa remuneração dos professores e a frequência inconstante dos alunos que estava, oficialmente, vinculada à utilização dos alunos no período de colheita agrícola.

Os estabelecimentos institucionais do Estado, bem como de particulares, estavam situados na área urbana de Uberabinha. Entre estes, se destacavam, pelo Estado, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que funcionava com maior regularidade, do que os estabelecimentos do município, atendiam neste período, mais de oitocentos alunos, e cada ano aumentavam o número de matrículas, indicativo do crescimento populacional do município. O estabelecimento de instrução particular, de propriedade de Sr. Antônio Luiz Silveira^{iv}, denominado Gymnásio de Uberabinha, oferecia o Ensino Primário e Secundário na cidade, a mais de duzentos alunos, incluindo dez alunos, cujos estudos eram subvencionados pela Câmara Municipal do município.

Após 1922, houve em Uberabinha um surto do crescimento no número de estabelecimentos escolares, marcando de fato os anos vinte. Resultado da convergência de ações, tanto de agentes público, quando privados, os quais estavam para se constituir como especialista na área educacional.

Essa preocupação é percebida durante a última gestão, entre 1918 a 1922, do Agente Executivo da Prefeitura de Uberabinha e Presidente da Câmara Municipal, o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, no governo no período de 1911 a 1922, foi promulgada a Lei nº 230 de 21 de novembro de 1919, que isentou de impostos e liberou material básico para a construção dos novos prédios destinados à instrução em

Uberabinha, porém, destinada a iniciativa privada. A Lei 230 de 21/11/1919 foi publicada no *A Tribuna*, com a seguinte redação:

“LEI Nº 230, DE 21/11/ 1919”.

A Câmara Municipal, por seus Vereadores Directores e eu sancionamos a seguinte lei:

Art.1º. Fica concedida a isenção de impostos municipais, por quinze annos, sobre o prédio que a sociedade ‘Progreso de Uberabinha’ pretende construir nesta cidade, para um estabelecimento de instrução.

Art.2º. A Câmara Municipal fornecerá de sua Pedreira as pedras necessárias para a construção do edifício.

Art.3º.Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, em 21 de Novembro de 1919.

O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal

J. S. Rodrigues da Cunha^v.

Por decisão do governo municipal, a **Sociedade Anonyma Progreso de Uberabinha^{vi}**, receberia o benefício de isenção de impostos e pedras para a construção do edifício, e apenas aguardava, a planta do referido prédio escolar, que estava sendo elaborada em São Paulo, conforme **A Tribuna**, registra por meio de artigo, em 14 de setembro de 1919, quatro meses antes da publicação da Lei 230,

Deve chegar, por estes dias a planta do prédio para Collégio, que a Directoria da Sociedade Anonyma 'Progresso de Uberabinha' mandou executar em São Paulo. Sabemos que tão logo essa planta chegue, os serviços serão iniciados. Os directores daquela Sociedade empenham-se em levar a cabo o mais breve possível os trabalhos, pois conhecem bem a extraordinária falta que o prédio vem gazendo sentir em virtude do crescente número de estudantes que de várias localidades alfuem a nossa terra. O terreno está comprado, e só esperam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos^{vii}.

Associam-se as ações do governo municipal, as da iniciativa privada, que também contribuem para o desenvolvimento da instrução em Uberabinha. Entre essas ações encontra-se a de particulares movidos, ao certo, pelo compromisso de minimizar o grave problema da nação, caracterizada pelo elevado número de analfabetos, fator este, considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento e modernização da sociedade, que ainda estava, economicamente, alicerçada no comércio, principalmente, de carnes e cereais.

Ressalta-se que esta "*triste vergonha do analfabetismo*", segundo as palavras do Dr. Afonso Penna Júnior, localizava-se em, aproximadamente, 75% da população brasileira, que forma uma massa de analfabetos, herança de um longo processo de extrativismo de riquezas do país para a Europa e outras partes do mundo, conduzido por estrangeiros. Associado este, ao cultivo da instrução dualista, uma para "*dizer*", reservado a minoria da população, à classe dominante, e outra "*serviente*", para a servidão, para o fazer, conduzido pelos dirigentes do país, inculcada, primeiramente, pedagogia jesuítica e continuada pela católica, tanto no período colonial, quanto no Império.

Em razão de a educação ser considerada, pelos intelectuais republicanos, como uma das alavancas para o progresso da sociedade, recebeu contribuição dos governos municipal e estadual, e num percentual menor da iniciativa privada. Obteve-se, neste período, quase o dobro do número de estabelecimentos de ensino. O aumento de escolas fora acompanhado também, de uma elevação substancial do número de alunos.

Deste modo, percebe-se que o maior número de estabelecimentos de Instrução pública em Uberabinha ocorre entre 1911 a 1929, as quais passaram a atender as necessidades de escolarização das crianças das áreas localizadas nas zonas rurais, porém, em número de vagas, os estabelecimentos urbanos, na maioria de agentes privados, abarcavam o maior número de alunos.

Considerações Finais

A nossa preocupação, nesse trabalho, é dar uma visão panorâmica em torno das discussões sobre educação, que circulavam em Uberabinha, buscando nos jornais as iniciativas locais no campo educacional e, através delas, identificar quais os objetivos que nortearam a produção dessas falas.

Numa primeira aproximação, analisamos a tentativa de consolidar o ideal republicano na cidade, preocupação essa expressada pelo jornalista *Juca dos Campos*^{viii}, um dos maiores baluartes do pensamento liberal na cidade, que vislumbrava na educação a forma de se promover à unidade social, ao viabilizar a concretização de uma sociedade calcada nos ideais de civilidade, elemento primordial para a edificação da grande nação brasileira^{ix}. Por outro lado, as palavras desse personagem são significativas, quanto a sua preocupação em relação ao estabelecimento de um espírito de civismo na cidade, tão almejado pelas elites locais, pois propiciaria a consecução da harmonia social.

Constata-se, portanto, que o seu discurso vinha de encontro às necessidades dos setores dominantes locais, de organizar a cidade de Uberabinha, dentro da

urbanidade e civilidade, pois a sociedade evoluiria naturalmente e a cidade deveria acompanhar esta evolução, enquadrando-se às novas exigências econômicas e sociais, em decorrência do crescente processo de urbanização vivenciado pelo país. Nesta perspectiva, percebe-se que a ausência de uma educação, alicerçada nessa concepção seria a causa de calamidades, de vícios e de doenças presentes no meio social^x. A educação transformar-se-ia em fator de mudança social, capaz de despertar nos indivíduos o ideal de civismo, conseqüentemente, de nação. Formar-se-ia, então, seres aptos para conduzir o país na direção do progresso. Por meio desses princípios, solidificados pela educação, manter-se-ia a ordem e a regeneração das "anomalias sociais", ao alçar a sociedade uberabinhense ao estado de ordem e progresso.

Portanto, à educação estava reservado o papel de redentora da nação, marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico, pela base econômica-política de origem rural. Para se consolidar esta nova sociedade, seria necessário a formação de um novo cidadão, responsável pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para engrandecimento do país, pois *"instrução e trabalho - eis o que precisamos adquirir organizar, com fundada esperança em melhores dias, de uma vida honrosa calcada em pontos de apoio taes que nos garantam firme evoluir."*^{xii} Ou seja, à educação estava reservada a responsabilidade da formação do indivíduo tornando-o apto para que viesse a atuar no sentido de promover o progresso dessa mesma sociedade, tanto material quanto moral.

Deste modo, ao proporem educação para todos, estavam colocando ao alcance da comunidade uberabinhense o veículo de acesso ao exercício consciente da civilidade, o que implicava numa série de direitos e deveres. Objetiva-se, então, delegar à educação a função de fornecer os elementos necessários para o estabelecimento de uma sociedade que estivesse amalgamada pelo binômio liberdade-igualdade.

Foi tendo em mente estes pressupostos, que buscamos interpretar o

discurso sobre a educação em Uberabinha, procurando elucidar as idéias educacionais veiculadas pela imprensa local, durante o período em estudo, momento no qual identificamos as principais publicações com as quais trabalhamos. Sabemos, no entanto, que uma pesquisa dessa natureza é apenas o início de uma longa e árdua caminhada, devendo ela ser trilhada por outros pesquisadores. Além do mais, percebemos as potencialidades da documentação pesquisada, em função de apontar novos caminhos para os estudos sobre a História da Educação no Brasil. A nosso ver o estudo da imprensa é inovador, tanto no que diz respeito a temática, quanto às fontes de pesquisas a serem utilizadas.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Doutoranda em Educação pela UNICAMP e Professora do Centro Universitário de Patos de Minas, MG (UNIPAM). lucianabeatrizcarvalho@yahoo.com.br

† Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: chc@ufu.br

ⁱ CENSO de 1920. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305, p. 1.

O número de habitantes do município de Uberabinha em 1920, obtido na imprensa local é de 24.420. O valor deste número Cf. SENNA In: Brandão Apud SOARES, 1995: p.67 é de 27.956. O valor deste número segundo dados do censo de 1920 do IBGE era de 22.956. Optou-se pelo dado veiculado pela imprensa escrita, por estar próximo à média dos três valores apresentados, em torno de 25.110 habitantes e incluso os dados sobre a população alfabetizada.

ⁱⁱ UBERABINHA. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305, p.1.

ⁱⁱⁱ De acordo com os estudos realizados por Paulo Krüger Corrêa Mourão, sobre o ensino em Minas Gerais, durante a Primeira República, pela Lei nº439 de 28 de setembro de 1906, a qual reformulou as bases da instrução pública no Estado. A respeito das reformas levadas adiante pelo governo, Mourão observa que: “João Pinheiro e seu Secretário do Interior Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito tiveram a felicidade de introduzir em Minas Gerais, uma modificação realmente substancial no ensino, algo que então constituía uma conquista dos países mais civilizados do mundo a instituição dos grupos escolares. O artigo 3º definindo o ensino primário como gratuito e obrigatório, especificava que seria ministrado em I - Escolas isoladas; II - Grupos escolares; III - Escolas modelos, anexas às escolas normais. Pela primeira vez, em toda a legislação do ensino em Minas Gerais, surgia a denominação - grupo escolar!” Cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962, pp. 93-94.

^{iv} GYMNASIO de Uberabinha. *A Tribuna*, Uberabinha, 16 Nov. 1919, Ano I, nº 11, p. 3. Relato do Inspecto Thechnico do Ensino da 14ª Região- D.D. Sr. Arthur Queiroga sobre o Gymnásio de Uberabinha e do Diretor deste estabelecimento de ensino: “...Com prática longa no serviço educativo, em nosso paiz e nos Estados Unidos; comprovada dedicação ao serviço da educação; atido exclusivamente ao nobre e importante officio, o diretor Silveira escolhendo com justos critérios os seus auxiliares, e organizando usualmente, um systema de preceitos racionais, na manutenção do instituto, serviços inestimáveis vae prestando e maiores prestará com o tempo a boa causa da educação nacional, no que tem de interessante nesta zona do Triângulo, dentro da futura cidade de Uberabinha”.

^v LEI Nº 230 de 21/11/ 1919. *A Tribuna*, Uberabinha, 21 Dez. 1919, Ano I, nº 15, p.3.

^{vi} A Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha compunha-se de representantes de parte da elite local.

^{vii} PRÉDIO para collegio. *A Tribuna*, Uberabinha, 14/091919, Anno I, nº 3, p.1.

^{viii} Foi um dos principais articuladores e colaboradores dos jornais locais, responsável por diversos artigos que abordavam questões relativas ao problema da educação, da moral, da cidadania, entre outros. No entanto, no decorrer da pesquisa não conseguimos identificar sua biografia.

^{ix} Para uma aproximação maior com os princípios que nortearam o pensamento pedagógico brasileiro no período republicano, cf. CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*: higiene, moral e trabalho da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1998. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Sobre a idéia de modernidade no Brasil, cf. DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Vilma Peres da (org). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

^x A respeito da questão da influência da medicina no ambiente familiar, principalmente, em relação ao papel da mãe, cf. DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

^{xi} FERREIRA, Odilon José. Associação das municipalidades mineiras - um apelo às Camaras municipais do Estado de Minas. *Triângulo Mineiro*. Uberabinha: Anno 1, nº2, 1929, p.01.